

# Eleições Brasileiras

- José Ernani de Almeida

Coleção de textos do Autor, colhidos de forma livre nos meios eletrônicos

Todos estes trabalhos foram colhidos de forma eletrônica, já publicados em redes sociais, jornais, revistas e livros diversos, disponíveis livremente.

Esta coleção não é um livro, apenas um apanhado para registrar os trabalhos de sua autoria e/ou de sua preferência, publicados por ele, sobre temas diversos.

A critério do Autor poderá ser transformado em livro.

O ProjetoPF pode ajudar nesta tarefa. Contate-nos.

**Data :** 15/04/2010

**Título :** Eleições brasileiras - parte 01

**Categoria:** Artigos

**Descrição:** Como estamos em um ano eleitoral, com campanhas que foram iniciadas mesmo antes da desincompatibilização dos candidatos e das respectivas convenções partidárias...

Eleições brasileiras - parte 1

por José Ernani de Almeida

Como estamos em um ano eleitoral, com campanhas que foram iniciadas mesmo antes da desincompatibilização dos candidatos e das respectivas convenções partidárias, creio que vale a pena uma reflexão sobre a história das eleições brasileiras e da nossa política. A palavra política tem muitos significados: posição ideológica a respeito dos fins do Estado, atividade exercida na disputa dos cargos de governo ou no proselitismo partidário, habilidade no trato das relações humanas, com vista à obtenção dos resultados desejados, sistema de regras respeitantes à direção dos negócios públicos, astúcia, ardid, artifício, esperteza, arte de bem governar os povos. Na Grécia coube aos sofistas a tarefa de ensinar a "arte política" - capacidade de dotar as cidades de leis justas e de uma administração eficiente e a arte da eloquência e da persuasão. Os sofistas aplicaram a razão à lei e ensinaram que cada comunidade deveria escolher os seus governantes e administradores. Na mesma Grécia, Platão apontou as fraquezas da democracia e, entre elas, estava o fato de os seus líderes serem escolhidos e seguidos por razões não essenciais, tais como discurso persuasivo, boa aparência,

riqueza e tradição familiar. Agora, quando nos aproximamos de mais uma eleição, é preciso resgatar a memória da nossa tradição cultural política.

Não podemos esquecer que a sociedade brasileira, antes do Estado, é baseada no favor, na prepotência, na violência. Dessa situação tivemos a passagem para o político. No Império o voto era aberto e indireto (os votantes, correspondentes hoje à massa de eleitores), votavam em um corpo eleitoral, nas eleições chamadas de primárias, esse corpo eleitoral é que elegia os deputados. Era também censitário, porque só podia ser votante, fazer parte do colégio eleitoral, ser deputado ou senador quem atendesse a alguns requisitos, inclusive de natureza econômica. Assim só votava quem tinha dinheiro e só era eleito quem tinha muito dinheiro. Também havia a exigência de ser católico. Até 1882 era comum admitir o voto de analfabetos, tendo em vista a omissão da Constituição de 1824. Aqui no Rio Grande do Sul, na Constituição da República Rio-Grandense, os direitos políticos eram mais restritivos que dos expressos na Carta Imperial. Adotou-se também o voto censitário. O requisito para votar ou se candidatar para o cargo de vereador e juiz de paz, prefeitos, deputado, senador, membro do Tribunal de Apelação e Superior Tribunal de Justiça, conselheiro de Estado e presidente, era comprovar uma determinada renda. Não se tratava, portanto, de uma República da igualdade, fraternidade e do humanismo como alardeia o Movimento Tradicionalista Gaúcho a cada Semana Farroupilha. Era, na verdade, uma "república de estancieiros".

Com a proclamação da República em 1889, fixou-se o sistema do voto direto e universal, ou seja, suprimiu-se o censo econômico. Foram considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluídas certas categorias, como os analfabetos, os mendigos, os praças militares. A Constituição de 1891 não fez referência às mulheres, mas considerou-se implicitamente que elas estavam impedidas de votar. O voto continuou, igualmente, sendo aberto e não era obrigatório. Controlados por uma elite reduzida, os partidos republicanos decidiam os destinos da política nacional e fechavam os acordos para a indicação de candidatos à Presidência da República. A elite política dos grandes estados, com São Paulo à frente, criou um instrumento para que a república oligárquica, ou seja, a república de uns poucos, pudesse se assentar em um sistema político estável. Foi assim que surgiu a política dos governadores no mandato do presidente Campos Sales, cujos objetivos eram reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes, chegar a um acordo básico entre a União e os estados, pôr fim às hostilidades entre Executivo e Legislativo, domesticando a escolha dos deputados. O governo central sustentaria assim os grupos dominantes nos estados, enquanto esses, em troca, apoiariam a política do presidente da República. Para ajustar a Câmara dos Deputados a esses fins, foi criada a comissão de verificação de poderes, de modo a garantir o mandato de deputados que representassem os grupos dominantes nos estados e tendesse a ser fiel ao governo federal. Os deputados eleitos nos estados, via de regra, com o emprego de todo o tipo de ilegalidade, recebiam um diploma. Na falta de uma justiça eleitoral como existe hoje, a validade do diploma dependia de exame por parte de uma comissão verificadora de poderes. Os não merecedores desse tipo de confiança eram excluídos, ou "degolados", como se dizia na gíria política da época. Assim funcionou a política na República Velha.

O Nacional

Quinta-Feira, 15/04/2010

**Data :** 15/04/2010  
**Título :** Eleições brasileiras - parte 02  
**Categoria:** Artigos

**Descrição:**

O processo político da década de 1920 foi condicionado pelas mudanças na estrutura socioeconômica do país, embora não possa ser reduzido somente a elas.

## Eleições brasileiras - parte 2

por José Ernani de Almeida

O processo político da década de 1920 foi condicionado pelas mudanças na estrutura socioeconômica do país, embora não possa ser reduzido somente a elas. Após a 1ª Guerra Mundial, a presença da classe média urbana na cena política tornou-se mais visível. De um modo geral, esse setor da sociedade tendia a apoiar figuras e movimentos que levantassem a bandeira de um liberalismo autêntico. Ou seja, a defesa de um governo capaz de levar à prática as normas da Constituição e das leis do país, transformando a República oligárquica em República liberal. Isso significava, entre outras coisas, eleições limpas e respeito aos direitos individuais. Falava-se em reforma social, mas a maior esperança era depositada na educação do povo, no voto secreto, na criação de uma Justiça Eleitoral.

Um indício da maior participação política da população urbana foi a eleição de 1919. Rui Barbosa, candidato derrotado em 1910 e 1914, apresentou-se à eleição, enfrentando Epiácio Pessoa, para realizar um protesto. Ele não tinha apoio de qualquer máquina eleitoral. Mesmo assim, obteve cerca de um terço dos votos e venceu no Distrito Federal. Os ajustes e desgastes entre as oligarquias, nas sucessões presidenciais, ganharam novos contornos.

Um bom exemplo foi a disputa pela sucessão de Epiácio Pessoa. O eixo São Paulo-Minas lançou como candidato, nos primeiros meses de 1921, o governador mineiro Artur Bernardes. Contra essa candidatura levantou-se o Rio Grande do Sul, liderado por Borges de Medeiros que denunciou o arranjo político São Paulo-Minas como uma forma de garantir recursos para os esquemas de valorização do café, quando o país necessitava de finanças equilibradas. Os gaúchos temiam também que se concretizasse uma revisão constitucional - realizada efetivamente por Bernardes em 1926 - limitando a autonomia do Estado.

Uniram-se ao Rio Grande do Sul a Bahia, Pernambuco, Estado do Rio - terceiro, quarto, quinto e sexto Estados em importância eleitoral na época -, formando a Reação Republicana que apresentou o nome de Nilo Peçanha. Anteriormente, ele fora eleito vice-presidente da República (1906) e ocupara por alguns meses a Presidência, após a morte de Afonso Pena; na chefia do governo, contribuía decisivamente para o triunfo de Hermes da Fonseca. A oposição tentou realizar uma campanha "à americana", como de dizia na época, percorrendo boa parte do país e procurando atrair o voto urbano. A plataforma da Reação Republicana, inspirada diretamente pelos gaúchos, se pronunciava no plano financeiro contra a inflação, a favor da conversibilidade da moeda, dos orçamentos equilibrados, da política, em suma, inaugurada pelo paulista Campos Sales em um momento muito difícil e mais tarde abandonada.

Na campanha, surgiram ataques ao imperialismo dos grandes Estados e pediu-se a proteção para os produtos brasileiros de exportação em geral e não apenas para o café. Nilo Peçanha não se opôs à valorização cafeeira em curso, de que o Estado do Rio também se beneficiava, mas atacou o tratamento especial dado ao produto. Esse era um tema de especial predileção dos gaúchos. Foi no curso da disputa eleitoral que veio à tona a insatisfação militar. A impressão corrente nos meios do Exército de que a candidatura de Artur Bernardes era antimilitar ganhou dramaticidade com cartas publicadas no jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro, em outubro de 1921, nas quais Bernardes fazia duras críticas ao Marechal Hermes da Fonseca.

As cartas falsas puseram lenha na fogueira. A situação continuou a se complicar e, em junho de 1922, com Artur Bernardes já vitorioso, o Clube Militar lançou um protesto contra a utilização, pelo governo, de tropas do Exército para intervir na política local de Pernambuco. Como resposta, o governo determinou a repreensão e a seguir a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. Todos esses fatos precipitaram a eclosão do movimento tenentista. Os militares iniciaram um movimento que, entre outras, coisa visava mudar o quadro político do país, controlado por uma elite reduzida, onde os partidos republicanos estaduais continuavam decidindo os destinos da política nacional e fechando os acordos para a indicação de candidatos à presidência da República. Os resultados eleitorais não espelhavam a realidade. A fraude era feita através de falsificação de atas, do voto dos mortos, dos estrangeiros, etc. Alguns resultados demonstravam sobejamente a manipulação: Afonso Pena em 1905, obteve 97,9% dos votos; Rodrigues Alves, em 1918, 99,1% dos votos; Washington Luis, em 1926, 98% dos votos!

O Nacional  
Quinta-Feira, 15/04/2010

**Data :** 22/04/2010  
**Título :** Eleições brasileiras - parte 03  
**Categoria:** Artigos  
**Descrição:** No final de 1919, já havia quase 2 milhões de desempregados em todo o Brasil.

Eleições brasileiras - parte 3

por José Ernani de Almeida

No final de 1919, já havia quase 2 milhões de desempregados em todo o Brasil. A profunda crise mundial deflagrada pelo crash da Bolsa de Nova Iorque, com graves consequências para a economia brasileira, tinha deixado um triste saldo: mais de 500 fábricas haviam fechado as portas em São Paulo e no Rio de Janeiro, por falta de compradores para os seus produtos. Muitas indústrias procediam a demissões em massa. O salário dos trabalhadores diminuiu de 40% a 50% na cidade e no campo. As cotações do café no mercado internacional iam por água abaixo, enquanto havia mais de 27 milhões de sacas estocadas: de 200 mil réis a saca em agosto de 1929, o preço caiu para 21 mil réis em janeiro de 1930. O "general café" - que representava mais de 50% das exportações brasileiras com poder para eleger presidentes da República - colocava o governo do presidente Washington Luis na maior crise da história da República.

O pânico se alastrava entre os fazendeiros; a fome e o desemprego assombravam o povo. É nesse clima que as eleições de 1º de março de 1930 coincidem com o primeiro dia de carnaval. Os candidatos eram Getúlio Vargas, líder da Aliança Liberal, e o paulista Júlio Prestes. Desde o governo de Campos Sales (1898-1902), São Paulo e Minas Gerais alternavam-se quase sempre no poder. Era a conhecida política do "café com leite". (O Nacional, 9 de abril, p. 15) Pela lógica dessa política, o sucessor de W. Luis - representante dos paulistas - deveria ser um mineiro. Mas o presidente mudou as regras do jogo ao lançar, em 1929, a candidatura do paulista Júlio Prestes, apoiado pelo Partido Republicano de São Paulo e pela maioria dos PRs dos outros estados. A máquina eleitoral, liderada pelos cafeicultores em crise, preparava-se para manter os paulistas no poder. Ter o comando do governo federal era uma

garantia de sobrevivência. Com a séria crise que atravessava o país e o intenso descontentamento da população, existiam todas as condições para outro partido político disputar o poder com o PR paulista.

Assim, importantes setores dos PRs de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba insurgiram-se contra o governo. Surgiu a Aliança Liberal, lançada pelos oligarcas descontentes desses estados, com Getúlio Vargas e João Pessoa (paraibano), candidatos respectivamente a presidente e vice-presidente. A Aliança Liberal recebeu o apoio das classes médias urbanas e de oligarcas insatisfeitos. A ala jovem da oficialidade jovem - os tenentes - também passam a apoiar o projeto da oposição. Devido à importância da Escola Militar do Rio Grande do Sul, onde cadetes de todo o Brasil faziam carreira, a ligação com os militares ganhou adeptos em todo o país. A violência marcou o clima das eleições. Apuradas as urnas, venceu o candidato governista Júlio Prestes com mais de um milhão de votos, contra 737 mil para Getúlio Vargas. O slogan O programa é mais do povo do que do candidato não conseguiu desmontar a máquina eleitoral montada pelo governo em 17 estados. A fraude, uma praxe na época, dominou o pleito de parte a parte. Com as eleições definitivamente perdidas nas urnas, restou à Aliança Liberal apenas um caminho: a revolução.

Vargas deixou claro a disposição dos aliancistas ao afirmar: "com o pleito de 1º de março, encerrou-se a fase da propaganda eleitoral. Tanto aquele como as depurações levadas a efeito pelo Congresso Nacional constituíram a maior farsa de que há memória nos anais políticos do Brasil. (...) A ideia revolucionária espalha-se dominadora por todo o país, empolgando a grande maioria das consciências, e o movimento de revolta é irresistível". O assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, pôs termo as últimas vacilações da Aliança Liberal quanto a uma ação revolucionária. Com a morte do presidente da Paraíba, ficou claro que não havia mais campo para uma eventual composição com o governo federal. Assim, após sucessivas protelações, no dia 3 de outubro de 1930, em manobra conjunta articulada entre o Rio Grande do Sul, a Paraíba e Minas Gerais, estourou a inevitável insurreição.

Em 3 de novembro, um mês depois de iniciada a insurreição aliancista, Getúlio Vargas tomou posse "provisoriamente" do governo federal. O vitorioso na eleição - Júlio Prestes - não assumia e o poder era passado para o derrotado nas urnas. Era o crepúsculo da República Velha. Com a Revolução de 1930 o Brasil vai entrar no século 20. O Estado fragmentário criado pela Constituição de 1891, no qual cada unidade gozava de autonomia, vai desaparecer. Sobre suas ruínas se erguerá um poder centralizado que vai desenvolver mudanças importantes no corpo social, econômico e político do país.

O Nacional  
Quinta-Feira, 22/04/2010

**Data :** 29/04/2010

**Título :** Eleições brasileiras - parte 04

**Categoria:** Artigos

**Descrição:** Subindo ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas nele permaneceu por quinze anos, sucessivamente, como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador.

por José Ernani de Almeida

Subindo ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas nele permaneceu por quinze anos, sucessivamente, como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador. As medidas centralizadoras do governo provisório surgiram desde cedo. Em novembro de 1930. Ele assumiu não só o poder Executivo como o Legislativo, ao dissolver o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais. Todos os antigos governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais, foram demitidos e, em seu lugar, nomeados interventores federais. Em agosto de 1931, o chamado Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central. Aqui no Rio Grande do Sul, o general José Antonio Flores da Cunha foi nomeado Interventor Federal. Dois pontos inter-relacionados foram importantes na definição do processo político entre 1930 e 1934: a questão do tenentismo e a luta entre o poder central e os grupos regionais. Os tenentes, com a vitória da revolução, passaram a fazer parte do governo e formularam um programa mais claro do que até então tinham expresso.

Dissociando-se claramente dos pontos de vista liberais, defendiam o prolongamento do governo provisório de Vargas e a elaboração de uma Constituição que estabelecesse a representação por classe, isto é, a representação de empregadores e empregados, ao lado dos deputados eleitos. Na última hipótese, haveria o mesmo número de representantes para cada Estado. Em fevereiro de 1932, foi promulgado o Código Eleitoral, que introduzia importantes inovações com relação à República Velha. Pela primeira vez em nossa História, as mulheres teriam direito a voto, e o limite de idade para ser eleitor passou de 21 para 18 anos. A criação da Justiça Eleitoral foi um passo importante para a moralização do voto, mas a inovação mais importante nesse sentido foi a instituição do voto secreto, que pelo menos nos centros urbanos reduziria o poder de corrupção eleitoral. Getúlio cometeu um erro ao marginalizar a elite paulista, nomeando interventor o tenente João Alberto. Por essa época, segundo o historiador Boris Fausto, cresceu o preconceito contra os nordestinos, de onde se originavam muitos tenentes e o próprio João Alberto, que era pernambucano. A inabilidade do governo federal concorreu, assim, para a deflagração de uma guerra civil, a Revolução Constitucionalista de 1932. São Paulo ficou praticamente sozinho, contando sobretudo com sua Força Pública e uma intensa mobilização popular para enfrentar as forças federais. Apesar do desequilíbrio de forças, a luta durou quase três meses. Embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central. Em agosto de 1933, Getúlio nomeou afinal um interventor civil e paulista. Após o conflito o governo provisório decidiu constitucionalizar o país.

Assim, as eleições para a Assembléia Constituinte foram realizadas em maio de 1933, por voto direto proporcional. A campanha eleitoral revelou um impulso na participação popular e na organização partidária. Muitos partidos, das mais diferentes tendências, surgiram nos estados; alguns com bases reais e outros sem qualquer consistência. Com exceção dos comunistas na ilegalidade e da Ação Integralista (fascista), não se chegou a formar partidos nacionais. O resultado das urnas mostrou a força das elites regionais. Aqui no Rio Grande, por exemplo, os eleitos foram em sua maioria partidários de Flores da Cunha. Os tenentes, em contra-partida, obtiveram magros resultados. Os trabalhos da constituinte foram tumultuados. Até mesmo uma ameaça de golpe militar surgiu, liderada por Góis Monteiro, militar autoritário e inimigo da democracia liberal. O peso majoritário entre os deputados era o da representação das oligarquias, rearticuladas e recompostas através de inúmeros pequenos partidos regionais. A influência dos setores populares era pequena, e da classe operária praticamente nula. Contavam-se nos dedos de uma mão os deputados simpáticos à causa dos trabalhadores. A Constituição que resultou dessa Assembléia foi promulgada em 16 de julho de 1934, tinha um teor liberal-democrático. Ampliava a

participação dos eleitores, apesar de proibir o voto aos analfabetos e assegurava maior poder ao governo central. Na verdade, preparava-se o caminho para a centralização política que iria caracterizar o Estado Novo. A Carta de 1934, não chegaria a completar um ano e meio de vigência.

O Nacional  
Quinta-Feira, 29/04/2010

**Data :** 07/05/2010  
**Título :** Eleições brasileiras - parte 05  
**Categoria:** Artigos  
**Descrição:** Nos anos 1930 ganhou força no Brasil a corrente autoritária. Na verdade, o padrão autoritário era e é um marca da cultura política do país.

Eleições brasileiras - parte 5

por José Ernani de Almeida

Nos anos 1930 ganhou força no Brasil a corrente autoritária. Na verdade, o padrão autoritário era e é um marca da cultura política do país. A dificuldade de organização das classes, da formação de associações representativas e de partidos fez das soluções autoritárias uma atração constante. Isso ocorria não só entre os conservadores convictos como entre os liberais e a esquerda. Essa tendia a associar liberalismo com o domínio das oligarquias. A partir daí, não dava muito valor à chamada democracia formal. Os liberais contribuíam para justificar essa visão. Temiam as reformas sociais e aceitavam, ou até mesmo incentivavam, a interrupção do jogo democrático toda vez que ele parecesse ameaçado pelas forças subversivas. Assim, quando em 1935 explodiu a Intentona Comunista, demonstrando que os conflitos sociais no Brasil haviam atingido o nível de propiciar a formação de ideologias políticas radicais e de esquerda a ponto de se manifestar ostensivamente em busca de transformações mais profundas, foi aberto o caminho para amplas medidas repressivas e para a escalada autoritária.

O fantasma do comunismo internacional ganhou enormes proporções. As eleições para a sucessão presidencial passaram a ser vistas como inviáveis naquele momento. Em fins de 1936 e nos primeiros meses de 1937, definiram-se as candidaturas à sucessão presidencial, nas eleições previstas para janeiro de 1938 e que nunca se realizaram. Foi escolhido como candidato governista o paraibano José Américo de Almeida - inclinado a um populismo retórico e inconsequente, no dizer de Bóris Fausto - que contava com o apoio da maioria dos Estados do Nordeste e de Minas Gerais, além dos setores pró-Vargas em São Paulo e no Rio Grande do Sul. O Partido Constitucionalista lançou Armando Salles de Oliveira, candidato de São Paulo e, os integralistas, a candidatura de Plínio Salgado. A abertura da disputa política facilitou um certo afrouxamento das medidas repressivas. Por ordem do ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, cerca de 300 pessoas foram soltas em junho de 1937 e, o estado de guerra que havia sido decretado pelo governo, não foi prorrogado pelo Congresso.

Entretanto, Getúlio e o círculo dos íntimos não se dispunham a abandonar o poder, tanto mais que nenhuma das três candidaturas tinha sua confiança. Um obstáculo à interrupção do processo eleitoral vinha de uma parte das elites regionais.

Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia tinham firmado um pacto para garantir a legalidade, mas isso não representava muita coisa. Não era possível - como no passado - organizar os estados como blocos até certo ponto coesos, pois suas forças internas estavam divididas. A disposição em oferecer resistência armada contra um golpe, a respeito do qual se falava abertamente, restringia-se a Flores da Cunha, aqui no Rio Grande do Sul. Assim, à medida que o ano de 1937 se aproximava do fim, a ditadura ia ganhando contornos nítidos. Em determinado momento, o governo anunciou ter "descoberto" um plano comunista de subversão - o Plano Cohen.

Na verdade, esse plano foi uma fraude do governo para manter acesa a chama anticomunista, o suporte principal do golpe que se tramava. Depois de assegurar o apoio dos integralistas, que esperavam a médio prazo tomar o poder, das altas cúpulas militares, que desejavam um regime forte, anticomunista e que pudesse patrocinar a modernização econômica, dos governadores estaduais, que desejavam continuar em seus cargos, e das classes ricas, ansiosas por garantir a continuidade de seus privilégios, Getúlio Vargas marcou o dia do golpe - 15 de novembro de 1937. Por outro lado, a oposição estava presa, amordaçada pelo medo ou tinha sido simplesmente suprimida. Os grupos populares, por sua vez, não tinham condições de se mobilizarem. O Congresso sofria o mal da desmoralização. O golpe foi antecipado para o dia 10 de novembro, ocorrendo pacificamente e no meio da indiferença geral.

Implantado o Estado Novo, uma nova Constituição foi publicada no Diário Oficial. Era o coroamento da falência da política aberta que tinha começado a partir da Revolução de 1930. As eleições presidenciais foram suspensas bem como para o parlamento. Os governadores dos estados transformaram-se em interventores. O Estado Novo, por oito anos, concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente. A inclinação autoritária, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente.

O Nacional  
Sexta-Feira, 07/05/2010

**Data :** 13/05/2010  
**Título :** Eleições brasileiras - parte 06  
**Categoria:** Artigos  
**Descrição:** O Estado Novo implantado por Vargas em 1937 concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente (O Nacional, 7 de maio, p. 15).

Eleições brasileiras - parte 6

por José Ernani de Almeida

O Estado Novo implantado por Vargas em 1937 concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente (O Nacional, 7 de maio, p. 15). Os estados passaram a ser governados por interventores, eles próprios controlados por um decreto-lei de abril de 1939, por um departamento administrativo. Esse departamento era uma espécie de substituto das assembleias estaduais, pois o orçamento e todos os decretos-leis dos interventores dependiam de sua aprovação para serem expedidos. A escolha dos interventores obedecia a diferentes critérios.

Parentes de Getúlio, militares, receberam a designação de um modo geral, porém, nos maiores estados algum setor da oligarquia regional foi contemplado. O processo eleitoral estava sepultado.

O Estado Novo tratou de formar uma ampla opinião pública a seu favor, pela censura aos meios de comunicação e pela elaboração de sua própria versão da fase histórica que o país vivia. Ele foi arquitetado como um Estado autoritário e modernizador que deveria durar muitos anos, entretanto, acabou tendo um tempo de vida curto, pois não chegou a oito anos. Os seus problemas resultaram mais da inserção do Brasil no quadro das relações internacionais do que das condições políticas internas do país. Essa inserção impulsionou as oposições e abriu caminho a divergências no interior do governo. Após a entrada do Brasil na guerra e os preparativos para enviar a FEB à Itália, personalidades da oposição começaram a explorar a contradição existente entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura de Vargas.

A primeira manifestação ostensiva nesse sentido foi o Manifesto dos Mineiros, de outubro de 1943, no qual os assinantes do manifesto demonstravam que não pretendiam voltar às práticas políticas existentes na República Velha, assinalando ao mesmo tempo sua percepção de que a Revolução de 1930 fora desviada de seus objetivos democráticos. No âmbito do governo, pelo menos uma figura mostrou-se francamente favorável a uma abertura democrática. Era o ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, um íntimo de Getúlio Vargas.

Em torno de 1943, um grupo social importante emergiu na luta pela democratização, ele era importante não por seu número, mas por seu prestígio e expressão simbólica. Os estudantes universitários começaram a se mobilizar contra a ditadura, organizando a União Nacional dos Estudantes e suas seções estaduais. Lentamente a imprensa foi burlando a censura e divulgando notícias sobre prováveis candidatos à sucessão de Vargas.

A partir desse quadro, em fevereiro de 1945, Vargas baixou o chamado Ato Adicional à Carta de 1937, fixando, entre outros pontos, um prazo de 90 dias para a marcação da data das eleições gerais. Exatamente 90 dias depois, era decretado o novo Código Eleitoral, que regulava o alistamento eleitoral e as eleições. Estabelecia a data de 2 de dezembro de 1945 para a eleição do presidente e de uma Assembleia Constituinte e 6 de maio de 1946 para a realização dos pleitos estaduais. Assim, em 1945, surgiram também os três principais partidos que iriam existir no período 1945-1964. A UDN (União Democrática Nacional), antiga oposição liberal, herdeira da tradição dos partidos democráticos estaduais, adversária do Estado Novo e que reuniu também o reduzido grupo dos socialistas democráticos e uns poucos comunistas. Da máquina do Estado, por iniciativa do próprio Getúlio e dos interventores nos estados, surgiu o PSD (Partido Social Democrático) e, finalmente, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), sob a inspiração também de Vargas, cujo objetivo era de reunir as massas trabalhadoras urbanas sob a bandeira getulista.

O calendário eleitoral seria atropelado pelo "queremismo", assim chamado porque seu objetivo se sintetizava na palavra de ordem "queremos Getúlio", isto é, Vargas deveria concorrer às eleições. O "queremismo" foi repudiado e Vargas derrubado do poder. Forçado a renunciar, ele se retirou para São Borja, sua cidade natal. As eleições de 1945 despertaram um grande interesse na população. Depois de anos de ditadura, pacientemente os brasileiros formaram longas filas para votar. Em uma época em que não existiam pesquisas eleitorais, a oposição foi surpreendida pela nítida vitória do candidato de Vargas, Eurico Gaspar Dutra. Pessoalmente, Getúlio foi um dos grandes vencedores das eleições de 1945. Elegeu seu candidato à Presidência e, beneficiado pela lei eleitoral, concorreu ao mesmo tempo ao Senado em cinco estados e a deputado em nove. Elegeu-se senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo e deputado em sete estados.

Quinta-Feira, 13/05/2010

**Data :** 20/05/2010  
**Título :** Eleições brasileiras - parte 07  
**Categoria:** Artigos  
**Descrição:** Embora a historiografia oficial tenha consagrado Eurico Dutra, eleito presidente em 1945, como um governante profundamente apegado ao texto constitucional...

Eleições brasileiras - parte 7

por José Ernani de Almeida

Embora a historiografia oficial tenha consagrado Eurico Dutra, eleito presidente em 1945, como um governante profundamente apegado ao texto constitucional (o Livrinho, como dizia), na verdade sua gestão foi um das mais repressivas de nossa história com relação ao movimento operário e popular. Quando se tratava dos comunistas e dos trabalhadores organizados, o legalismo era, via de regra, esquecido. Aliás, nos anos 1940, o comunismo assustava a nossa conservadora sociedade. Um exemplo foi o que aconteceu aqui em Passo Fundo na eleição para a prefeitura municipal em 1946. Os candidatos eram Armando Annes, egresso da UDN e apoiado pelo PTB, e Dionísio Lângaro do PSD. Às vésperas do pleito, as lideranças pró-Annes observaram que a campanha estava perdida, pois no distrito de Marau, hoje município, que era na época sólido baluarte do PSD, Dionísio Lângaro tiraria facilmente a diferença que perderia na cidade. Então foi chamado Eduardo Barreiro, líder do emergente Partido Comunista Brasileiro em Passo Fundo, e descobriu-se uma solução "mágica": os comunistas deveriam divulgar apoio ao candidato do PSD para impedir uma vitória avassaladora de Dionísio Lângaro em Marau, onde os padres dominavam. Assim, O Nacional publicou uma edição especial que circulou horas antes da eleição em Marau apavorando padres e pedessistas. Como resultado, a diferença, conforme o previsto, foi mínima e Armando Annes ganhou a eleição.

Em nível nacional a repressão ao Partido Comunista foi intensa no governo Dutra. Ela derivou do peso das concepções conservadoras, do crescimento desse partido e da modificação das relações internacionais entre as grandes potências. Era o início da chamada "guerra fria". O PCB surgia em 1946 como o quarto partido do país. Calcula-se que o partido contava, em 1946, com cerca de 180 a 200 mil militantes. Em maio de 1947, a partir de denúncias apresentadas por dois obscuros deputados do PTB, o Supremo Tribunal Federal decidiu cassar o registro do Partido Comunista.

Em janeiro de 1948, os deputados, senadores e vereadores eleitos pela legenda do partido foram cassados, remetendo o PCB à clandestinidade. Foi nesse ambiente que as manobras da sucessão presidencial começaram antes de Dutra completar a metade de seu mandato. Getúlio aparecia como um polo de atração. Praticamente ausente do Senado, fazia algumas viagens estratégicas aos Estados e recebia em São Borja o beija-mão dos políticos. Vargas baseou sua campanha na defesa da industrialização e na necessidade de se ampliar a legislação trabalhista. Modulou seu discurso de acordo com cada Estado que percorria. No Rio de Janeiro, onde a influência comunista era real, chegou a dizer que, se fosse eleito, o povo subiria com ele os degraus do Palácio do Catete e ficaria no poder. Além de contar com o PTB e o PSP, Getúlio teve o apoio

aberto ou velado de uma parte do PSD. Em alguns estados, a própria UDN - sua tradicional adversária -, o apoiou. Assim, nas eleições realizadas em 3 de outubro de 1950, obteve uma grande vitória. Alcançou 48,7% do total de votos, enquanto o candidato da UDN, o brigadeiro Eduardo Gomes não passou de 29,7% e Cristiano Machado do PSD, de 21,5%. Depois de quase seis anos afastado do Catete, Getúlio Vargas conquistou novamente, pela força do voto e com a confiança das massas trabalhadoras a cadeira presidencial.

Vargas tomou posse a 31 de janeiro de 1951. Seu retrato, que fora retirado provisoriamente, voltou a decorar suntuosos gabinetes, repartições públicas de todo o país, casas de famílias, paredes de botequins, padarias, escolas, barbearias e todo o tipo de estabelecimentos comerciais. Estampado em folhinhas, capas de revistas, livros, moedas menores de dez, vinte e cinquenta centavos, e nas notas verdes de 10 cruzeiros, a figura do presidente dava um "close", de todo o processo histórico de fundamental importância para a História do Brasil contemporâneo.

A UDN tentou sem êxito impugnar sua eleição, alegando que só poderia ser considerado vencedor o candidato que obtivesse maioria absoluta, ou seja, metade mais um dos votos. Essa exigência não existia na legislação da época. Desse modo, os liberais punham a nu suas contradições. Defensores, em princípio, da legalidade democrática, não conseguiram atrair o voto da grande massa, nas eleições mais importantes. A partir daí, passaram a contestar os resultados eleitorais com argumentos duvidosos ou, cada vez mais, a apelar para a intervenção das Forças Armadas. Estava aberto o caminho para a crise que levaria Vargas ao suicídio em 1954 e ao golpe militar de 1964.

O Nacional  
Quinta-Feira, 20/05/2010

<b>Data :</b>	27/05/2010
<b>Título :</b>	Eleições brasileiras - parte 08
<b>Categoria:</b>	Artigos
<b>Descrição:</b>	Dia 24 de agosto de 1954: Getúlio Vargas está morto, e o país em plena crise.

Eleições brasileiras - parte 8

por José Ernani de Almeida

Dia 24 de agosto de 1954: Getúlio Vargas está morto, e o país em plena crise. Ainda pela manhã, o poder passa para as mãos do vice-presidente da República Café Filho. Homem do PSP, ligado ao populismo ademarista, o novo chefe da nação sabia que a máquina do PSD, partido majoritário, estava desgastada pela crise de agosto e tentou uma recomposição partidária no governo, abrindo espaço para a UDN, que ganhou maior peso no novo ministério. Para "evitar o acirramento das paixões (...)" e restabelecer a tranquilidade geral, (...) criar condições favoráveis ao advento de uma era de recuperação", Café Filho compromete-se a fazer cumprir o calendário eleitoral, que, previsto pela Constituição, estabelece eleições para Câmara, Senado e governo dos Estados em outubro de 1954.

O pleito presidencial também está marcado: outubro do ano seguinte. Mas a UDN, o PL (Partido Libertador, do Rio Grande do Sul) e o PR (Partido Republicano, de Artur Bernardes), alguns setores do PSD e um grupo atuante das Forças Armadas divergiam do presidente. Logo depois da posse, Café Filho recebeu uma comissão dissidente do PSD, que propunha o adiamento das eleições, pois temia que a vitória da máquina getulista acirrasse os ânimos, "provocando uma guerra civil". Essa posição era também adotada pelo udenista Carlos Lacerda, que ia ainda mais longe: implantar "um regime de exceção" que "fizesse reformas", cujo objetivo seria impedir o retorno do espectro varguista. O fantasma de Getúlio rondava, pois, a vida política.

A despeito disso, as eleições se realizaram no dia marcado: 3 de outubro de 1954. Foram renovados a Câmara e dois terços do Senado, em 11 estados houve eleições também para governador. Já a realização das eleições presidenciais, previstas para outubro de 1955, foram garantidas pelo vice-presidente Café Filho. O primeiro partido a apresentar candidato foi o PSD. Em fevereiro de 1955, o partido lançou a candidatura de Juscelino Kubitschek, um político que fizera carreira nos quadros do PSD de Minas e se elegera governador daquele Estado. Ele encarnava bem uma das vertentes do getulismo e tinha condições de obter o apoio do PTB, como de fato aconteceu.

Restaurava-se assim a aliança PSD-PTB que, em 1945, dera a Dutra uma extraordinária votação. A UDN lançou a candidatura do militar Juarez Távora e o PSP a de Ademar de Barros. Não faltaram jogadas sujas na campanha. Os adversários de João Goulart (candidato a vice) e Juscelino utilizaram um recurso que lembrava, em outro contexto, um episódio dos anos 1920 - o das cartas falsas contra Artur Bernardes (O Nacional, 16 de abril, p. 15). Em setembro de 1955, foi publicada nos jornais a chamada carta Brandi, supostamente enviada a João Goulart em 1953, quando era ministro do Trabalho de Getúlio, pelo deputado argentino Antonio Jesús Brandi. A carta referia-se a articulações entre Jango e Perón para deflagar no Brasil um movimento armado, que instalaria uma república sindicalista. Uma investigação realizada pelo Exército comprovou logo após as eleições ter sido a carta forjada por falsários argentinos e vendida aos opositores de Jango.

A 3 de outubro de 1955, as urnas deram a vitória a Juscelino, mas por margem estreita. Ele obteve 36% dos votos, enquanto Juarez Távora alcançou 30% e Ademar 26%. Após a vitória de Juscelino, desencadeou-se uma campanha contra a posse. A UDN defendia a tese da maioria absoluta, reforçada com o argumento de que os vencedores haviam recebido votos dos comunistas. Para complicar ainda mais o quadro político, Café Filho sofreu, em novembro, um ataque cardíaco, que o obrigou a abandonar provisoriamente o poder. Assumiu o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, que também contestava a eleição de Juscelino. A partir daí, ocorreu o chamado "golpe preventivo", ou seja, uma intervenção militar para garantir a posse do presidente eleito e não para impedi-la. A principal personagem da ação ocorrida em novembro de 1955 foi o general Lott, que mobilizou as tropas do Exército no Rio de Janeiro. Carlos Luz foi deposto da Presidência, refugiando-se no cruzador Tamandaré, ao lado de lideranças da UDN. Café Filho pretendeu retornar à Presidência, mas foi considerado impedido pelo Congresso, que confirmou Nereu Ramos na chefia do Executivo. O Estado de sítio foi decretado por 30 dias, depois prorrogado por igual período. Essa série de medidas excepcionais garantiu a posse de JK e Jango em 31 de janeiro de 1956. Coisas da política brasileira.

O Nacional  
Quinta-Feira, 27/05/2010

**Data :** 02/06/2010

<b>Título :</b>	Eleições brasileiras - parte 09
<b>Categoria:</b>	Artigos
<b>Descrição:</b>	O esforço desenvolvimentista do período JK gerou um panorama de inflação e crise econômica.

## Eleições brasileiras - parte 9

por José Ernani de Almeida

O esforço desenvolvimentista do período JK gerou um panorama de inflação e crise econômica. Para os nacionalistas, a iniciativa privada brasileira estava ameaçada de estrangulamento, pois a Instrução 113, da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), permitia que as empresas estrangeiras instaladas no Brasil importassem tecnologia e maquinário com isenção de impostos, o que era vedado às similares nacionais. Assim, se essa medida fazia surgir no Brasil indústrias de tecnologia mais avançada, como a automobilística, ela ao mesmo tempo prejudicava o empresariado nacional, que, sufocado pela concorrência, era obrigado a se associar a firmas estrangeiras. Abria-se para o país a era dos capitais associados.

Esta questão foi destaque no embate entre os candidatos à sucessão de JK. Assim, a retórica do mal. Lott, candidato da dobradinha PTB/PSD - seu vice era João Goulart -, repercutiu favoravelmente junto às áreas nacionalistas em geral, angariando inclusive o apoio explícito dos comunistas, então envolvidos na luta antiimperialista. Tais idéias, contudo, não sensibilizaram as massas populares, descontentes com a carestia, que preferiam ir beber as águas populistas de Jânio Quadros, que após ter sido eleito governador de São Paulo, foi lançado em abril por um pequeno partido - o PTN - com o apoio da UDN de Carlos Lacerda. Aliás, a UDN hesitava entre o lançamento de uma candidatura própria e o apoio a Jânio. Jânio corria em faixa própria, criticando a corrupção do governo e a desordem financeira. Sem ter um programa definido e desprezando os partidos políticos, atraía o voto com a sua figura popularesca e ameaçadora que prometia castigo implacável aos beneficiários de negociatas e de qualquer tipo de corrupção. Ele estava longe do figurino bem-comportado da UDN, mas ao mesmo tempo, incorporava a seu modo algo do discurso udenista. Representava, sobretudo, uma grande oportunidade de o partido chegar afinal ao poder, embora por um atalho desconhecido.

Assim, na convenção realizada pela UDN em novembro de 1959, o apoio a Jânio acabou por prevalecer, com a derrota da corrente partidária de uma candidatura própria. Para Lacerda, quem tinha mais "cheiro de povo" era Jânio. As relações entre a UDN e seu candidato foram pontilhadas de atritos. O motivo principal da discórdia era a disputa entre o PDC (partido que o lançou) e a UDN pela participação de seus candidatos à vice-presidência nos comícios de Jânio. A questão acabou sendo contornada, mas Jânio deixou bem clara, tanto à UDN quanto aos demais partidos que o apoiavam, sua posição extremamente personalista e autoritária, alheia aos partidos, os quais ignorava até o desprezo. Sobretudo porque, percebendo a fragilidade das plataformas partidárias do momento (compostas de coligações entre partidos "esfacelados"), Jânio foi capaz de aglutinar setores militares e de classe média (com promessas de "limpeza" na administração e estabilização na economia), elites empresariais (com a afirmação de fé na livre iniciativa) e os trabalhadores (com promessas de uma ordem social mais justa). Disputando com ele a mesma fatia do eleitorado estava Ademar de Barros, fundador do PSP. Mas a estrela de Ademar, que já o fizera galgar postos como a prefeitura de São Paulo e o governo do estado mais rico da federação, estava em franco declínio: em 1954, perdera o governo de São Paulo para Jânio Quadros e, em 1955, a presidência para Juscelino. Desde os primeiros

tempos da campanha, o favoritismo de Jânio se tornou evidente. Para Afonso Arinos, Jânio conseguia efetuar o encontro do desespero com a esperança, pela antevisão de uma nova era de austeridade e reformas".

Lott foi um candidato desastroso. O general tivera um papel importante nos círculos restritos do poder, onde personificavam a garantia de continuidade do regime democrático. Exposto a uma audiência mais ampla, suas fraquezas se tornaram evidentes. Falava mal em público e tentava assumir artificialmente o discurso getulista. Desagradava ao PDS com sua defesa sincera da concessão de voto aos analfabetos; desagradava ao PTB e principalmente à esquerda com suas críticas também sinceras a Cuba e ao comunismo. Como era esperado Jânio venceu as eleições de outubro de 1960, com 48% dos votos, enquanto Lott obteve 28% e Ademar, 23%. João Goulart elegeu-se vice-presidente apesar da nítida derrota de Lott. Isso foi possível porque, na época, o eleitor podia votar no candidato a presidente de uma chapa e no candidato a vice de outra. Em pouco tempo, os acontecimentos políticos iriam demonstrar os riscos da combinação inesperada - UDN-PTB - no governo. Uma nova eleição direta para presidente só voltaria a acontecer 29 anos depois.

O Nacional  
Quarta-Feira, 02/06/2010

**Data :** 11/06/2010  
**Título :** Eleições brasileiras - parte 10  
**Categoria:** Artigos  
**Descrição:** O golpe militar de abril de 1964 afastou João Goulart da Presidência da República, cujo cargo passou a ser ocupado provisoriamente pelo deputado Ranieri Mazzili.

Eleições brasileiras - parte 10

por José Ernani de Almeida

O golpe militar de abril de 1964 afastou João Goulart da Presidência da República, cujo cargo passou a ser ocupado provisoriamente pelo deputado Ranieri Mazzili. Ainda em abril, foi baixado o AI 1 pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Formalmente, manteve a Constituição de 1946 com várias modificações. Uma delas estabeleceu a eleição de um novo presidente da República, por votação indireta do Congresso Nacional.

Os candidatos para concluir o mandato, que se estenderia até janeiro de 1966, eram o general Amauri Kruel (lançado pelo PTB), o ex-presidente marechal Eurico Gaspar Dutra (parte do PSD) e o general Humberto de Alencar Castelo Branco (mediador entre os militares de "linha dura" e as facções tradicionais de cunho liberal, apoiado pelos generais Golbery do Couto e Silva e Aurélio de Lira Tavares). Um acordo entre a Escola Superior de Guerra, amplos setores do PSD e outros partidos (como a UDN) acabou sacramentando o nome de Castelo Branco, eleito no dia 11 de abril de 1964 por 361 votos de um Congresso já expurgado.

O AI-1 não tocou no calendário das eleições ao governo dos estados. Assim, em outubro de 1965, realizaram-se eleições diretas em 11 deles. A essa altura, grande parte do entusiasmo pela revolução, entre seus próprios adeptos, tinha declinado. Era difícil iludir-se com a propaganda sobre o fim da corrupção, e os bolsos da classe média estavam vazios. Apesar do veto a determinados candidatos por parte

da chamada linha dura das Forças Armadas, a oposição triunfou em estados importantes.

O resultado das urnas alarmou os meios militares. Os grupos de linha dura, adversários dos castelistas, viram nele a prova de que o governo era muito complacente com seus inimigos. Eles pregavam a implantação de um regime autoritário com controle militar estrito ao sistema de decisões para levar mais longe a luta contra o comunismo e a corrupção. Sob pressão desses setores, Castelo baixou o AI-2 em outubro de 1965, apenas 24 dias após as eleições estaduais. O AI-2 estabeleceu em definitivo que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão pública e com votação nominal. Evitava-se assim o voto secreto para prevenir surpresas. Mas a medida mais importante do AI-2 foi a extinção dos partidos políticos existentes. Os militares consideravam que o sistema multipartidário era um dos fatores responsáveis pelas crises políticas. Desse modo, deixaram de existir os partidos criados no fim do Estado Novo que, bem ou mal, exprimiam diferentes correntes da opinião pública.

A legislação partidária forçou na prática a organização de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que agrupava os partidários do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia a oposição. Digase de passagem que, em fevereiro de 1966, o AI-3 estabeleceu também o princípio da eleição indireta para os governadores dos estados por meio das respectivas assembleias estaduais. Era a vitória da linha dura.

O grupo castelista não conseguiu fazer o sucessor de Castelo. Foi eleito em 1967 um gaúcho, o general Arthur da Costa e Silva e para vice-presidente um civil, o udenista Pedro Aleixo. Costa Silva não completaria o seu mandato por questões de saúde e, em 1969, outro gaúcho assumiu o poder, o general Emilio Garrastazu Médici. Tal como acontecera com Castelo Branco, Médici não conseguiu fazer seu sucessor. O nome escolhido pelas Forças Armadas para lhe suceder, em meados de 1973, foi o do general Ernesto Geisel, também gaúcho.

A fama de ser o Rio Grande do Sul uma verdadeira "fábrica de ditadores" confirmava-se. Geisel iniciou o processo de abertura e, assim, as eleições legislativas de 1974 ocorreram em clima de relativa liberdade, com acesso dos partidos ao rádio e à televisão. Os resultados surpreenderam o governo. O MDB ganhou nos grandes centros urbanos e nos estados mais desenvolvidos, onde a independência do eleitorado era maior. Geisel conseguiu fazer o seu sucessor. Foi ele o general João Batista Figueiredo, tendo como vice-presidente, Aureliano Chaves. Essa chapa derrotou o MDB, formada pelo general Euler Bento Monteiro e o senador gaúcho Paulo Brossard, na reunião do colégio eleitoral em outubro de 1978. A vitória mais importante de Geisel não foi, entretanto, alcançada com o êxito previsível de seu candidato, e sim no interior das Forças Armadas, já que o então ministro do Exército Sylvio Frota lançara sua própria candidatura como porta-voz da linha dura. Frota acusava Geisel de ser complacente com os subversivos. O presidente o demitiu do ministério e cortou sua escalada. Figueiredo seria a garantia da continuidade do processo de abertura lenta, gradual e segura.

O Nacional  
Sexta-Feira, 11/06/2010

**Data :** 18/06/2010  
**Título :** Eleições brasileiras - parte 11  
**Categoria:** Artigos  
**Descrição:** A legislação eleitoral aprovada em 1965 tinha-se convertido em armadilha para os detentores do poder.

## Eleições brasileiras - parte 11

por José Ernani de Almeida

A legislação eleitoral aprovada em 1965 tinha-se convertido em armadilha para os detentores do poder. Cada vez mais, as eleições estavam se transformando em plebiscitos em que se votava pró ou contra o governo. O voto contra conferido ao MDB abrigava diferentes ideologias e refletia descontentamentos de todo o tipo. Assim, para tentar quebrar a força da oposição, o governo obteve do Congresso em dezembro de 1979, a aprovação da Lei Orgânica dos Partidos. A lei extinguiu o bipartidarismo e gerou um cacho de previsões que o ano de 1980 se encarregou de desbastar. O MDB jurou que permaneceria unido - mas partiu-se em muitas bandas.

O governo, que patrocinou a ressurreição do pluripartidarismo só para extinguir o MDB, calculou que, além da Arena, rebatizada de PDS, só haveria lugar para mais três partidos: um, forte, de centro, comandado pelo senador Tancredo Neves; outro, com o nome de PTB, organizado por Leonel Brizola; e o último, que reuniria os radicais da oposição sob a liderança de Miguel Arraes. Os cálculos deram com os burros nágua: o PP de Tancredo saiu, mas não saiu tão forte, Brizola perdeu a sigla PTB para a ex-deputada Ivete Vargas e inventou o PDT, gordas fatias da ala liberal do ex-MDB permaneceram com os radicais do recém-criado PMDB e o PT do metalúrgico Luiz Inácio da Silva, o Lula, que era desdenhado nas antecâmaras do Palácio do Planalto, saiu do papel e ganhou as ruas com o apoio das comunidades eclesiais de base.

Com esse quadro partidário foram realizadas eleições de vereadores e governadores dos estados em 1982. Esses últimos seriam eleitos pelo voto direto pela primeira vez desde 1965. Os resultados para o Congresso marcaram a vitória do PDS no Senado e na Câmara na eleição para governador, as oposições conseguiram algumas vitórias expressivas em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e no Rio de Janeiro. No Rio, Brizola conseguiu eleger-se, dando continuidade a um prestígio que vinha dos anos 1960. Uma tentativa de roubar-lhe a vitória, por meio da falsificação da contagem de votos processada pelos computadores, foi desvendada pelo PDT e fracassou. No Rio Grande do Sul a vitória do PDS foi facilitada pela divisão entre PMDB e PDT.

No curso de 1983, o PT assumiu como uma de suas prioridades promover uma campanha pelas eleições diretas para a presidência da República. Pela primeira vez o partido dispôs-se a entrar em uma frente com outros partidos para alcançar esse objetivo. Por sua parte, em junho daquele ano, o PMDB decidiu lançar uma campanha no mesmo sentido. Rapidamente, o movimento pelas diretas foi além das organizações partidárias, convertendo-se em uma quase unanimidade nacional. Milhões de pessoas encheram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, com um entusiasmo raramente visto no país. A campanha Diretas já expressava ao mesmo tempo a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações. A população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos problemas (salário baixo, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar.

A emenda constitucional que pretendia introduzir as eleições diretas ficou conhecida como Emenda Dante de Oliveira, nome do deputado do PMDB que a apresentou. Ela foi votada sob grande expectativa popular. Entretanto, como havia uma distância entre a manifestação de rua e o Congresso com maioria do PDS, a emenda não foi aprovada. Faltaram na Câmara dos Deputados apenas 22 votos para a sua aprovação. Assim, a batalha sucessória fixou-se no Colégio Eleitoral. O PDS apontou como candidato Paulo Maluf, que atropelou os rivais e obteve a indicação. Sua vitória

na convenção provocou a cisão final das forças do PDS que apoiavam os outros candidatos. Os insurgentes do PDS uniram-se ao PMDB, formando a Aliança Democrática, em oposição a Maluf. Tancredo Neves foi indicado à Presidência e José Sarney para a vice-presidência.

A 15 de janeiro de 1985, Tancredo e Sarney obtiveram uma vitória nítida no Colégio Eleitoral, batendo Maluf por 480 votos contra 180. Por caminhos complicados e utilizando-se do sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário, a oposição chegava ao poder. Entretanto, a transição para o regime democrático não terminou com a eleição de Tancredo e estaria sujeita ainda a imprevistos. Tancredo sequer assumiu. Doente, passou por uma série de cirurgias e morreu em 21 de abril de 1985. José Sarney, um opositor de última hora, chegava à Presidência para a frustração da maioria da população.

O Nacional  
Sexta-Feira, 18/06/2010

**Data :** 24/06/2010  
**Título :** Eleições brasileiras - parte 12  
**Categoria:** Artigos  
**Descrição:** O governo Sarney convocou “as brasileiras e os brasileiros” a colaborar na execução de planos econômicos e a travar uma guerra de vida ou morte contra a inflação.

Eleições brasileiras - parte 12

por José Ernani de Almeida

O governo Sarney convocou “as brasileiras e os brasileiros” a colaborar na execução de planos econômicos e a travar uma guerra de vida ou morte contra a inflação. Foram muitos os planos: plano Cruzado, plano Bresser, plano verão. À euforia de cada um deles seguia-se um clima de decepção e de desconfiança por parte da população quanto aos rumos da economia. As eleições de novembro de 1986 mostraram que o PMDB e o governo mantinha ainda àquela altura, apesar das decepções do eleitorado, um grande prestígio. O partido obteve a maioria absoluta das cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado e elegeu os governadores de todos os Estados, menos o de Sergipe. Naquele momento, chegou-se a dizer que o Brasil corria o risco de uma “mexicanização”. O PMDB poderia vir a ser uma espécie de PRI – Partido Revolucionário Institucional –, que alcançou praticamente o monopólio do poder, por longos anos, no México. No final do governo Sarney, foram realizadas as primeiras eleições diretas para a presidência da República desde 1960. A esquerda, representada principalmente por Luis Inácio Lula da Silva, do PT, e por Leonel Brizola, do PDT, surgia com considerável potencial de vitória, ameaçando a continuidade das forças conservadoras do governo. Ulysses Guimarães, consagrado no movimento das Diretas Já, saiu candidato pelo PMDB, mas pagou o preço de sua participação no governo Sarney. Paulo Maluf, ainda sem projeção nacional e recuperando-se do fiasco da campanha indireta de 1985, não representava um candidatura viável. No recém-criado PSDB, foi lançado o nome de Mário Covas, prejudicado pela ausência de estrutura partidária nacional, além do seu passado peemedebista. Os outros 15 candidatos presidenciais que se apresentaram eram, em sua maioria, politicamente inexpressivos e buscavam apenas

espaço nos meios de comunicação. Até o conhecido apresentador e proprietário de rede de televisão Silvio Santos chegou a articular sua candidatura, abandonando-a logo em seguida. A situação refletia o quadro de desorientação da sociedade brasileira em meio a uma das maiores crises pelas quais o país já havia passado. Nesse contexto, surgiu a candidatura de Fernando Collor de Mello, governador de Alagoas, ex-integrante do PDS e do PMDB, contava com o apoio de consideráveis setores conservadores, temerosos diante da possibilidade de um governo de esquerda e da ausência de um candidato que pudesse proteger seus interesses. Num momento de profunda desconfiança e quase hostilidade para com os políticos em geral, Collor lançou-se como um candidato apolítico. Denunciava a corrupção, apresentando-se como “caçador de marajás”, que se fartavam do dinheiro público. Dizia representar o povo humilde e sofrido do Brasil, os “descamisados”, e o fato de ter 40 anos na época, enquanto Sarney tinha 59 e Ulysses Guimarães, 73, de apresentar estilo agressivo e virtualmente desconhecido no país – portanto, supostamente desvinculado dos tradicionais esquemas de poder – contribuiu para engrossar sua candidatura. Na verdade, seu discurso era uma falácia, pois contava com o apoio (ainda que disfarçado) de diversas figuras participantes do governo Sarney, como Antonio Carlos Magalhães, e ligadas àquilo que de mais arcaico existia na política brasileira. Foi esse discurso, no entanto, que lhe abriu maior espaço na imprensa, com alguns veículos aderindo abertamente à sua campanha, como foi o caso das Organizações Globo. O partido de Collor, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), criado exclusivamente para apoiar sua candidatura, passava a receber imensas doações de empresários interessados na vitória do conservadorismo. Como Jânio Quadros, Fernando Collor reconheceu o poder da imprensa, principalmente o poder da imagem, e soube moldar a sua exatamente de acordo com as expectativas populares. A campanha resumia-se a aparições breves, discursos inflamados e exibição de gesticulação agressiva, tudo isso cercado de grande expectativa criada pela televisão. Durante todo o período que antecedeu o primeiro turno das eleições de 15 de novembro de 1989, o candidato evitou o debate, recusando-se ao enfrentamento público com os demais. Após o primeiro turno, polarizou-se a disputa entre Collor e Lula. No segundo turno, que teve número bastante expressivo de votos branco, nulos e abstenções, Collor, “o caçador de marajás”, de forte apelo junto aos segmentos mais humildes e desarticulados da sociedade, com acesso aos cofres do grande capital, obteve 42,75% de votos, e Lula, um líder operário, representante dos setores populares mais organizados, 37,86%. Iniciava-se a breve Era Collor.

O Nacional  
Quinta-Feira, 24/06/2010

**Data :** 01/07/2010  
**Título :** Eleições brasileiras - parte 13  
**Categoria:** Artigos  
**Descrição:** A Era Collor foi meteórica. O descaso do governo com o dinheiro público, manifestado pela concessão de benefícios a grupos privados e ao próprio presidente da República logo ficou claro.

Eleições brasileiras - parte 13

por José Ernani de Almeida

A Era Collor foi meteórica. O descaso do governo com o dinheiro público, manifestado pela concessão de benefícios a grupos privados e ao próprio presidente da República logo ficou claro. Em 1991 denúncias surgiram envolvendo o amigo pessoal de Collor e tesoureiro da campanha presidencial, Paulo Cesar Farias. Em maio de 1992, surpreendentes declarações de Pedro Collor, irmão do presidente, revelaram que o ocupante do mais alto cargo executivo nacional seria o beneficiário de operações financeiras obscuras coordenadas por seu ex-tesoureiro. O presidente que pregava austeridade, cortava gastos do governo, arrocha salários e ampliava o número de desempregados, vivia luxuosamente de dinheiro sujo. O "caçador de marajás" revelava-se o maior de todos eles. Iludido pelos milhões de votos obtidos nas eleições de 1989 e vítima do mito que ele mesmo havia criado, Collor, ignorava a crescente mobilização popular que pedia o seu afastamento. Quando o presidente pediu, em seu apoio, que as pessoas saíssem às ruas vestidas de verde a amarelo, milhões saíram às ruas, mas de preto, pedindo o impeachment.

Esse se concretizou em setembro de 1992, quando assumiu o vice Itamar Franco, cuja grande realização foi, sem dúvida, o Plano Real, tendo à frente então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Com o sucesso econômico do plano e o respaldo político generalizado, nas eleições de outubro de 1994, Fernando Henrique foi eleito presidente da República com maioria absoluta em um único turno. Obteve quase 55% dos votos válidos, enquanto o segundo colocado, Lula, atingiu pouco mais de 27% dos votos.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994 foi resultado da aliança PSDB-PFL, que se manteve ao longo dos dois mandatos. O governo também atraiu o apoio do PTB e as simpatias do PMDB, resultando na formação de um poderoso bloco no Congresso, seguramente majoritário. Por trás dessas alianças - entre um partido supostamente ético e ideológico, o PSDB, e outros partidos supostamente fisiológicos, PFL, PMDB e PTB - estava a ideia de garantir a governabilidade por meio do apoio às reformas propostas.

Apesar dos compromissos com grupos fisiológicos, os oito anos do governo Fernando Henrique foram um período relativamente longo de normalidade democrática, em que as instituições (partidos, Judiciário, eleições) funcionaram sem grandes sobressaltos ou rupturas. De fato, trata-se de situação bem rara na história republicana. Os únicos abalos surgiram da tendência ao autoritarismo (visível na multiplicação das afamadas medidas provisórias) e da forma nebulosa como se alterou a Constituição, permitindo a reeleição do presidente.

Em 1998 ocorreram eleições, e Fernando Henrique encabeçou mais uma vez a aliança PSDB-PFL, tendo como principal concorrente, mais uma vez, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. O presidente habilmente vendeu sua imagem de "criador" do Plano Real, o homem que venceu a tão odiada inflação, portanto uma pessoa particularmente habilidosa para enfrentar a crise que se avizinhava. Ao candidato do PT coube enfrentar novamente a acusação de despreparado. Em pleito marcado pelo pessimismo, pouca mobilização e medo da crise, Fernando Henrique Cardoso foi vencedor já no primeiro turno, com 53% dos votos.

Em 2001, na frente oposicionista, Luiz Inácio Lula da Silva mais uma vez (a quarta) era candidato a presidente da República. Ciro Gomes, jovem liderança ascendente, porém sem vínculos partidários mais sólidos, lançou-se candidato pelo PPS e, após rápida subida nas pesquisas eleitorais no início de 2002, amargou forte queda, fruto de seu destempero e descuido no uso de uma linguagem forte, quase arrogante. O governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, do PSB, surgiu como franco-atirador, talvez pensando em afirmar seu nome para projetos futuros. Ao final, a campanha foi entre José Serra e Lula, ambos indicados para segundo turno.

Em meio a crescente apoio e a um clima de otimismo generalizado, Lula foi eleito no segundo turno com 61% dos votos válidos. E, no seu primeiro pronunciamento como presidente eleito, pôde afirmar, triunfante: "A esperança venceu o medo!". Apesar do bombardeio de denúncias promovido pela oposição e pela grande

imprensa (mensalão, entre outras), Lula conseguiu reeleger-se em 2006. Para muitos a vitória foi uma demonstração de que a maior parte do eleitorado ainda considerava Lula um político comprometido com as causas populares. Outros atribuíram a reeleição ao Bolsa Família.

O Nacional  
Quinta-Feira, 01/07/2010